

Banqueiro cita Molotov como exemplo

Meirelles acha que falta perspicácia na negociação da dívida externa do país

SÃO PAULO — Está faltando ao Brasil um estadista como Molotov. Essa sugestão inusitada que se exemplifica no chanceler soviético dos anos 30-50 para indicar um rumo à renegociação da dívida externa brasileira é do vice-presidente do Bank of Boston Corporation, dos Estados Unidos, e presidente do Grupo Banco de Boston do Brasil, Henrique Campos Meirelles.

Mestre em administração de empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, engenheiro formado pela Politécnica da Universidade de São Paulo, além de vários cursos no exterior, esse goiano de Anápolis, com 42 anos, prefere começar a falar sobre os rumos da renegociação da moratória brasileira citando esse importante personagem da história soviética.

Em 1939, às vésperas de um conflito mundial, ao retornar à presença de Stalin, depois de demoradas gestões que resultaram no pacto de não-agressão negociado com o chanceler alemão Ribbentrop, o ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, fez o seguinte relatório ao Politburo russo: "Tenho uma boa e uma má notícia. A boa notícia é que consegui assinar um acordo de não-agressão com a Alemanha. A má notícia é que em dois anos os alemães invadirão a União Soviética." A história comprovou em seguida o alerta.

A perspicácia proverbial de Molotov é a razão pela qual o Departamento de Estado norte-americano o elegeu então como o maior adversário dos Estados Unidos. É que ele conhecia perfeitamente a estrutura, o caráter, a cultura, as limitações dos países e governos com os quais se punha a negociar.

São exatamente estas características que estão faltando aos negociadores da dívida do Brasil, segundo Meirelles. "Mas o Brasil não apenas carece de um general Molotov", diz o presidente do Banco de Boston. — Não só falta um homem parecido, como o que temos é uma comunidade de políticos, empresários, governantes que, com exceções, estão muito vinculados a uma visão de fatos dentro de uma perspectiva apenas brasileira. Pode ser uma visão até atraente — diz Meirelles —, mas é insuficiente para impedir que a negociação vire um diálogo de surdos.

É isso que preocupa o Banco de Boston, um dos 800 bancos credores do Brasil. E a razão mais importante, segundo seu presidente no Brasil, é o fato de, com um crédito de 260 milhões de dólares, se diferenciar das centenas de pequenos bancos regionais que nada têm a perder além dos dólares já comprometidos pela moratória.

"Nossos interesses coincidem com os interesses do Brasil — diz Meirelles — com 40 anos de operação no país, nós movimentamos em cruzados, em créditos comerciais dentro da economia interna, uma soma três vezes superior ao valor de nosso crédito em dólares. E o retorno desse investimento depende do desempenho da economia nacional.

Sem interesses dessa ordem, adverte o presidente do banco de Boston, as outras centenas de bancos internacionais podem ter uma reação diferente da do Banco de Boston diante de uma posição de intransigência das autoridades brasileiras. O resultado, de imediato, poderia ser o corte das linhas de crédito de curto prazo, estimadas hoje em 30 bilhões de dólares e que sustentam hoje o comércio internacional do país. Como resultado para o Brasil, haveria o que Meirelles exemplifica assim:

— Falta de credibilidade inviabiliza qualquer investimento. Porque investimento pressupõe futuro, e futuro exige credibilidade para garantir retorno.

Por isso o Banco de Boston, o 85º maior credor do Brasil, está interessado, segundo seu presidente, em viabilizar soluções para que o Brasil continue a crescer. Mas se ele reclama da falta de um inspirador do "coquetel Molotov" para Chanceler da dívida brasileira, ele também acha que quem deve continuar as negociações é o próprio ministro Bresser Pereira.

A perda de prestígio que o ministro Bresser Pereira experimentou junto à comunidade financeira internacional no início do mês, segundo Meirelles, não justifica sua mudança. Ele considera que a situação do ministro Bresser Pereira hoje é de algum desgaste, mas é melhor que aquela do momento em que fez suas propostas a James Baker. O fato de ter recuado foi visto com um sinal positivo por parte dos credores internacionais.

"Na minha opinião pessoal — diz ele — é melhor continuar com o próprio Bresser. Mas, na comunidade financeira internacional, muita gente discorda disso. Parte por

desconhecimento da realidade brasileira, e por achar que ele vai continuar insistindo em uma proposta ruim.

Mas, entendendo que o PMDB deve continuar impondo a orientação nas negociações da dívida, de nada vale mudar o ministro, argumenta Meirelles. O que é preciso é que o ministro mantenha uma postura "não religiosa" diante da negociação, o que lhe garantiu grande prestígio internacional ao assumir o Ministério da Fazenda.

— Como representante da 8ª economia do mundo, e não de um país marginalizado qualquer, o ministro tem que dialogar como parceiro internacional que esta aí para defender seus interesses, mas conhecendo regras, estudando limitações, para poder tirar proveito onde for possível, como faz a Coreia, o próprio Japão, como fazem os países desenvolvidos. O Brasil, hoje, já tem cacife para negociar — sugere Meirelles. — O próprio tamanho da dívida já dá ao Brasil condições de negociar de igual para igual — concluiu.

Arquivo — 30/5/85



Henrique Meirelles é contra o bônus

Presidente do Boston analisa alternativas

Opinião do presidente do Banco de Boston sobre alternativas de negociação na ordem do dia:

Bond — Soa lógico, para quem não entende, a proposta de trocar os títulos da dívida por *bonds* — novos títulos — pelo atual valor de mercado da dívida brasileira. Mas um *bond*, de um mesmo pagador, vale tanto quanto o título. Daí o sofisma: no momento em que o governo brasileiro diz que o *bond* ele paga, ele vai valer os mesmos 50%. Em outras palavras, houve aí dois descontos. Se, em algum momento, o governo dissesse que não ia pagar um desses títulos, eles não valeriam 50%, como hoje, mas sim zero.

Conversão — É a grande fonte de recursos para o Brasil continuar investindo na sua economia e gerando saldos comerciais.

Os 20 bilhões de dólares, que correspondem à dívida externa do setor privado da economia, podem ser convertidos em investimento de risco. Atualmente os pagamentos dessa dívida estão entrando para os cofres do Banco Central em cruzados, e retornando para a economia sob forma de cobertura do déficit público. Por isso, converter essa dívida em investimento de risco não é inflacionário, porque não implicaria em geração de moeda nova. Convertidos 2 a 3 bilhões de dólares por ano, em seis anos seriam resolvidos o problema de 15 a 20 bilhões dos 100 bilhões de dólares da dívida brasileira.

Dinheiro Novo — O Brasil é o melhor caminho para os investimentos internacionais: tem uma sólida infraestrutura industrial, e um amplo mercado interno. São 60 milhões de consumidores classificados ao nível da população do sul da Europa. O exemplo dos investimentos japoneses no México, na fronteira com os Estados Unidos, por falta de alternativa, comprova que o Brasil tem chances de conseguir investimentos novos em sua economia. Falta apenas credibilidade.

Simbólico — Um pagamento simbólico, por pequeno que fosse de parcela da dívida, seria uma das formas do Brasil mostrar que está interessado em voltar a tratar as negociações de sua dívida como parceiro comercial idôneo. Permitiria que as negociações avançassem e os governos conseguissem chegar a uma espécie de acordo provisório que justificasse, por exemplo, a prorrogação de prazos da dívida brasileira.

Frete de devedores — A estrutura econômica dos países devedores é bastante diferente para permitir que possam ter posição comum. Os interesses do Brasil e do México em torno do petróleo, por exemplo, são diametralmente opostos.